

A GEOPOLÍTICA MARÍTIMA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Por Januário Nascimento

Uma “Conferência Internacional sobre a Problemática da Defesa e Segurança dos Pequenos Estados” organizada pelo Ministério da Defesa de Cabo Verde realiza-se nos dias 23 e 24 de Outubro na Cidade da Praia sob o lema “SEGURANÇA, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO”. Nela participarão especialistas de alto nível e serão abordados temas de muito interesse, quais sejam, “A Segurança como Factor de Desenvolvimento” e “A Geopolítica do Atlântico Médio”. Entre os vários objectivos do encontro destacam-se as de sensibilizar a sociedade cabo-verdiana em relação à natureza multi-sectorial e pluridimensional da problemática da defesa e segurança e recolher subsídios para a elaboração e aperfeiçoamento de um conceito estratégico nacional. É nesse quadro que se situa o objecto do nosso artigo.

Tratando-se o autor de um amante e debutante da Geopolítica e das Relações Internacionais, não poderia deixar de apresentar uma modesta contribuição ao encontro com o artigo em epígrafe, ficando com o compromisso de o enriquecer, assim que possível.

De acordo com especialistas o mar ocupa 70% da superfície terrestre e o facto de mais de 70% da população mundial viver a menos de 50 quilómetros do litoral reflecte, significativamente, o reconhecimento do interesse que a humanidade tem mostrado pela exploração das suas conhecidas e comprovadas potencialidades. A questão de saber se “podemos estar no dealbar de uma civilização predominantemente marítima”, Virgílio de Carvalho responde afirmativamente “dado que o mar pode vir a desempenhar na vida das nações e dos homens um papel sem precedentes nas próximas décadas, fornecendo uma parte importante da alimentação, designadamente pela pesca industrial”¹

1) Origem da Geopolítica e o papel do Mar

A Geopolítica nasceu com o jurista sueco Rudolf Kjelen que, pela primeira vez, empregou o termo num ensaio intitulado “As Grandes Potências”, publicado em 1905. O mar sempre exerceu influência na vida dos povos e na geopolítica marítima. Em 1921, Vidal de La Blache em sua obra “Principes de la géographie humaine” posicionava-se contra o determinismo geográfico de Ratzel e de Mahan, concluindo que a superioridade das regiões continentais sempre fora relativa e até terminou, quando se tornou a via de circulação por excelência. Exemplo paradigmático é o caso de Portugal que conseguiu, nos séculos XV e XVI, provar pelo seu êxito o valor económico e militar do poder marítimo oceânico.

Mais tarde, a Inglaterra e a Holanda imitaram tal proeza o que levou o consagrado pensador geopolítico Alfred Mahan a defender em sua obra a

¹ CARVALHO, Virgílio de. **A Importância do Mar para Portugal**. Passado, presente e futuro. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. Bertrand Ed., 1995.p. 65

influência do poder marinho sobre a história de 1890, afirmando que “os povos, como os indivíduos, declinam, qualquer que seja sua força, quando privados da actividade e dos recursos exteriores que excitam e alimentam o vigor interior e que “a via mais segura para comunicar com outros povos e para renovar a própria força é o mar”. Segundo Mahan, a chave para a hegemonia mundial, estaria no controle das rotas marítimas, essas “veias por onde circulam os fluxos do comércio internacional”. Mahan reconhece, deste modo, que o domínio do mar conduz à riqueza em tempo de paz e à vitória em tempo de guerra. A crítica, porém, que se lhe pode fazer é a de afirmar sem hesitação que a história dos povos marítimos tinha sido dominada pelas condições geográficas do que pela clarividência dos governos. Ele permaneceu, pois, fortemente ligado ao determinismo.

Em oposição à Mahan, Halford Mackinder, alicerçado na ideia de que a geografia é o *pivot* (base, sustentação) da história, “construiu toda uma teoria que tem na geoestratégia a chave para a hegemonia mundial.”² Mackinder “o propugnador do poder terrestre”, nas suas obras principais, *o Pivot geográfico da história* e *Democracia, ideias e realidade*, criou vários conceitos como pivot área, world island (ilha mundial), anel insular, anel interior ou marginal e, principalmente heartland (terra-coração). Nas palavras do autor, “Quem controla a heartland (terra-coração) domina o pivot área e quem domina o pivot área controla a ilha mundial domina o mundo”³

Por outro lado, Hervé Bégarie, referindo-se às funções do elemento marinho defende que “a primeira característica do meio marinho é a sua inhabitabilidade. O mar não apresenta interesse senão na sua relação com a terra, residência habitual do Homem”⁴ Segundo o referido autor, o Mar tem funções negativas, apresentando-se como obstáculo político, militar e relativo e funções positivas como a diversidade da lógica marítima, como fonte de riquezas e como via de comunicação.

2) Cabo Verde e a Convenção de Montego Bay

No mar repousa, em parte, o desenvolvimento económico do Arquipélago de Cabo Verde, principalmente no que diz respeito à exploração da zona económica exclusiva e sua utilização como via de comunicação. O país arranca do postulado *pacta sunt servanda*, o princípio que garante o cumprimento dos Tratados e mantém o estabelecimento das Relações Internacionais.

Cabo Verde assinou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, vulgarmente conhecida como Convenção de Montego Bay, em 10 de Outubro de 1982, tendo-a ratificado a 10 de Agosto de 1987. Com uma zona económica exclusiva (ZEE) superior a 700.000 Km², o mar constitui um dos principais recursos naturais de Cabo Verde. É uma via de comunicação valorizada pela posição geográfica, e a fonte de recursos haliêuticos. O mar desempenha um papel importante na cultura e na comunicação com o mundo. A fiscalização da nossa ZEE e as constantes demandas da conservação dos recursos marinhos,

² VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. As representações do século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

³ FUKUYAMA, F. **A grande ruptura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, pp. 18-22.

⁴ BEGARIE, Hervé Coutau. **Traité de Stratégie**. Paris : Economica, 1997.

as novas realidades e os novos desafios que se apresentam à segurança marítima, a evolução das técnicas internacionais, afiguram-se de grande interesse a definição de uma entidade cujo objecto será a criação do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) que estabelecerá claramente o âmbito e atribuições e definirá a sua estrutura e coordenação.

Ao Sistema da Autoridade Marítima (SAM) serão atribuídas várias tarefas, entre as quais se destacam a preservação dos recursos naturais, a protecção do património cultural subaquático, preservação e protecção do meio marinho e a prevenção e combate à poluição. No que diz respeito à composição do SAM, entendemos pertinente que exerçam o poder de **Autoridade Marítima** a Autoridade Marítima Nacional, a Polícia de Ordem Pública, a Guarda Costeira, a Polícia Fiscal, Polícia Judiciária, os Serviços de Emigração e Fronteiras, a Direcção-Geral das Pescas, a Direcção-Geral da Marinha e Portos e a Direcção-Geral da Saúde. Isso nos conduz à proposta de um **Comando Único** para as questões de fiscalização que será operativa e seria encabeçada pelo Comandante da Guarda Costeira.

Finalmente, queremos manifestar publicamente o nosso respeito e apreço pelos Militares e dizer a necessidade de serem ouvidos no processo da Reforma das Forças Armadas. É mister também ouvir a Sociedade Civil e envolver o Parlamento. Desejamos os maiores sucessos à Conferência, que não seja letra morta e que as recomendações sejam implementadas!